

GT 11 – Política de Educação Superior**EFICÁCIA E EQUIDADE: CONCEITOS PARA ILUMINAR A POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFBA¹**Dicíola Baqueiro²Gislaine Guedes³**INTRODUÇÃO**

A educação brasileira vivencia, desde a década de 90, grandes reformas educacionais com o objetivo de promover uma educação de qualidade para todos. Ao considerar que a expressão é polissêmica e envolve princípios filosóficos, sociológicos, políticos, epistemológicos e pedagógicos, tomaremos como uma educação de qualidade aquela que consiga desenvolver a aprendizagem elevando o nível de conhecimento dos seus estudantes, contribuindo para a sua formação enquanto sujeitos históricos que procuram por meio de ações cotidianas construir suas próprias trajetórias. Nessa perspectiva, é possível identificar avanços em diversas áreas, inclusive, alguns deles, decorrentes da introdução dos exames de avaliação em larga escala, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que permitiram uma nova análise sobre o sistema de ensino. Não obstante, ainda convivemos com uma diversidade de problemas concernentes a desigualdade de oportunidades no acesso, permanência e desempenho no ensino.

¹ O presente trabalho é resultado parcial do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” realizado com apoio do programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

² Pesquisadora do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES.

³ Pesquisadora bolsista do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” financiado pelo Programa OBEDUC / CAPES.

A educação, na sociedade atual, tornou-se uma dimensão fundamental no processo de sustentabilidade das sociedades humanas (TENÓRIO et. al., 2010, p.40). Por isso a necessidade de um acompanhamento sistemático do ensino ofertado, de modo a garantir uma qualidade que favoreça a igualdade de oportunidades, possibilitando um mundo melhor para todos e salvaguardando as gerações futuras.

Os dados estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicam que houve um incremento no número de taxas de matrículas na Educação Básica, e que as taxas de analfabetismo decresceram, entretanto, ainda temos um número considerável de analfabetos, principalmente na idade adulta (FNE, 2013).

Os levantamentos contidos no Anuário da Educação 2012, apontam que “3,8 milhões de crianças e jovens entre 04 e 17 anos ainda estão fora da escola, o que representa 8,5% da população nessa faixa etária. Esses números evidenciam uma realidade que precisa ser transformada no cenário nacional, de modo a garantir a superação das desigualdades educacionais conforme previsto nas Diretrizes apontadas no Plano Nacional de Educação 2011/2020, bem como a universalização do atendimento escolar até 2016, esse último, previsto na Emenda Constitucional nº 05/2009.

O Plano Nacional de Educação, entre outras metas, propõe atingir um crescimento nas médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, (ver Tabela 1). Esse indicador, criado em 2007 pelo INEP/MEC, é baseado nos rendimentos obtidos pelos estudantes nos exames de matemática e língua portuguesa e da proporção de alunos aprovados. Os últimos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), evidenciam um avanço concernente a inclusão escolar, contudo, por outro lado, enuncia a problematização da permanência e dos baixos rendimentos dos alunos. O estabelecimento dessa meta de aumento gradativo do desempenho, nos leva a crer que muitas políticas educacionais deverão ser efetivadas na direção desses objetivos, posto que uma meta não é uma variável que se concretize sozinha.

Eficácia e Equidade são temas que encerram muitos conceitos e são tratados internacionalmente desde a década de 60, com a realização de pesquisas nos Estados Unidos da América (EUA) e Inglaterra. No Brasil, os estudos são mais recentes e se intensificaram em meado dos anos 90, após publicação dos resultados dos exames do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e do Programme for International Student Assessment - PISA. Esses estudos sinalizaram que, embora os baixos desempenhos escolares estejam em grande medida associados a fatores extra-escolares, é constatada uma grande diferença nos

resultados entre as escolas (BROOKE e SOARES, 2008). Isso se configura em um problema que chama a atenção, dada as marcantes diferenças estruturais entre as escolas brasileiras, sobremaneira nos estados menos desenvolvidos.

Aos propósitos da redução das desigualdades educacionais, da universalização do atendimento escolar e da melhoria do desempenho, somam-se outros e, aqui, faremos uma discussão sobre uma temática presente nos grandes debates educacionais e que está correlacionada com os aspectos apresentados acima: a eficácia e equidade no ensino. Essas duas vertentes estão interrelacionadas e são essenciais para a garantia da qualidade do ensino. Partindo desses conceitos, os utilizaremos como elementos para pensar a Assistência Estudantil, levantando alguns questionamentos para reflexão acerca do alcance dessa Política Pública.

Sobre a Política de Assistência Estudantil, é sabido que a sua história é fortemente associada à trajetória da Assistência Social; ambas se fortaleceram nos movimentos sociais e se concretizaram com a Constituição Federal de 1988. A partir daí, a visão assistencialista cedeu lugar a uma prática social afirmativa, corroborada pela implantação, no âmbito da educação, do Plano Nacional de Assistência Estudantil, PNAES, instituído em dezembro de 2007.

Com base nesses fundamentos teremos condições de melhor compreender a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, a qual teve suas Diretrizes aprovada pelo Conselho Superior do IFBA em 2010. Este documento dispõe sobre ações e programas com o objetivo de contribuir para ampliar o êxito escolar. Dentre os programas previstos, destacaremos o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, PAAE, por ser o de maior abrangência.

Partimos do princípio de que a Eficácia e a Equidade no Ensino são temas diretamente relacionados com o desempenho e a igualdade de oportunidades e que a Política de Assistência Estudantil, destina-se à promoção desses efeitos, faremos um estudo bibliográfico no sentido de iluminar o nosso entendimento de como a Assistência Estudantil pode contribuir para a permanência, trazendo questionamentos que, posteriormente, serão investigados na pesquisa de mestrado que desenvolveremos no Programa de Pós-Graduação da UFBA/FACED, no âmbito do Programa Observatório da Educação, OBEDUC/CAPES.

EFICÁCIA E EQUIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS

Eficácia e Equidade escolar são temáticas recorrentes nos atuais debates educacionais como fatores fundamentais para o sucesso escolar. A preocupação com o desempenho escolar e as condições do acesso e permanência adquiriram centralidade na pauta da educação após o avanço da universalização do ensino como princípio garantido nos aportes legais.

Uma retrospectiva histórica sobre as pesquisas em eficácia escolar, remete os estudos para a metade dos anos 60, nos EUA e Inglaterra, no contexto da Guerra Fria, da consolidação da democracia em alguns países do ocidente e da aprovação da Lei de Direitos Civis nos estados Unidos, cujo texto aponta a realização de um *survey* e relatório sobre a Igualdade de Oportunidades Educacionais (BROOKE e SOARES, 2008, p. 23).

O Relatório Coleman, decorrência dessa exigência legal, foi uma pesquisa densa, envolvendo 645 mil estudantes e 60 mil professores em mais de 4 mil escolas, para saber em que medida as diferenças de cor, etnia, religião e origem social e geográfica refletiam nas oportunidades educacionais. Desse modo, as variáveis consideradas para análise do desempenho escolar foram: o *background* familiar, as características do conjunto de alunos, os recursos físicos e o currículo da escola, as características do professor e fatores hereditários e ambientais. O Relatório concluiu que “a escola não acrescenta muito ao desempenho de uma criança, independentemente do seu meio e contexto geral” (COLEMAN apud BROOKE e SOARES, 2010, p. 75) .

Ainda segundo o Relatório, as desigualdades socioeconômicas entre os alunos são as responsáveis pelas diferenças no desempenho. Com esse parecer, o documento contestou a eficácia da escola como um elemento promotor da igualdade.

Na Inglaterra, em 1967, estudo semelhante foi encomendado pelo poder público, resultando no Relatório Plowden. Essa investigação constatou que “a atitude dos pais é um dos fatores mais decisivos para o sucesso escolar, e que, para todos os efeitos, é a família, e não a escola que faz a diferença” (BROOKE e SOARES, 2008, p.20). Em comum, as duas pesquisas reforçam que o desempenho escolar está preponderantemente associado a fatores socioeconômicos e, portanto, extraescolares.

Referenciada na dissertação de mestrado de Lima (2012, p.33), a pesquisa realizada nos EUA, por Christopher Jencks (1972), apresentou os seguintes resultados: as escolas contribuem minimamente para diminuir as diferenças sociais entre alunos ricos e alunos pobres; a qualidade da educação tem pouca influência nas características pós-escolares,

principalmente quando relacionadas aos rendimentos no mercado de trabalho; o sucesso escolar é determinado pelo contexto familiar onde o aluno se encontra, os outros aspectos considerados pelas pesquisas são secundários e sem importância; os programas de educação compensatória não conseguiram reverter desigualdades cognitivas, somente com a distribuição de renda em toda a sociedade seria possível conseguir igualdade econômica. Desse modo, as conclusões de Jencks, confirmavam o resultado anunciado por Coleman.

Em oposição a esses resultados, várias pesquisas foram fomentadas enfatizando a importância da escola e dos professores como determinantes para o desempenho acadêmico. Esses estudos buscavam investigar os fatores que contribuíam para o rendimento escolar, as diferenças entre as escolas e como isso repercutia no desenvolvimento das crianças. Para tanto, enfocavam nos investimentos com biblioteca, materiais escolares, relação professor-aluno, salário do professor, entre outros insumos.

Em artigo produzido por Franco e outros (2007) com o objetivo de investigar características escolares promotoras da eficácia e equidade intraescolar, extraímos um conceito concebido por Peter Mortimore (1991). Segundo esse teórico, “escola eficaz é aquela que viabiliza que seus alunos apresentem desempenho educacional além do esperado, face à origem social dos alunos e à composição social do corpo discente da escola” (MORTIMORE apud FRANCO et al, 2007, p. 4). Nessa conceituação é possível perceber que a identificação da escola eficaz subentende a superação das características individuais e de cunho social; escola eficaz seria aquela que incorporasse mais conhecimento do que o esperado. Ainda nesse artigo, os autores apontam que “o conceito de equidade intraescolar não deve ser considerado de modo independente do conceito de eficácia”.

Para Pam Sammons (1999), escolas eficazes são aquelas que, levando em consideração as características dos alunos admitidos, parecem acrescentar valor aos resultados educacionais desses mesmos alunos. Em seus estudos, o pesquisador elencou onze fatores que são decisivos para determinar a eficácia escolar, salientando que eles estão inter-relacionados. São eles: 1) Liderança profissional; 2) Objetivos e visões compartilhados; 3) Um ambiente de aprendizagem; 4) Concentração no ensino e na aprendizagem; 5) Ensino e objetivos claros; 6) Altas expectativas; 7) Incentivo positivo; 8) Monitoramento do professor; 9) Direitos e responsabilidades do aluno; 10) Parceria casa-escola e 11) Uma organização orientada à aprendizagem (SAMMONS apud BROOKE e SOARES, 2008, p. 351).

Essas características-chaves utilizadas para analisar as escolas, evidenciam uma concentração substancial nos processos ditos intraescolares. Constata-se, assim, uma predominância das práticas pedagógicas, excluindo-se os aspectos de origem socioeconômica.

Isso nos leva a conjecturar que o motivo para a adoção desses critérios justifica-se pelo fato de que as desigualdades nesses países são em menor proporção do que as dos países em desenvolvimento.

De acordo com Murillo citado por Brooke e Soares (2008, p.468), uma escola é eficaz quando consegue um desenvolvimento integral de todos os seus alunos, em grupo e individualmente, maior do que seria esperado, levando-se em conta seu rendimento prévio, além da situação social, econômica e cultural das famílias. Essa definição é convergente com as anteriores ao classificar uma escola eficaz como sendo aquela que eleva o aluno a um patamar acima daquele esperado, a despeito das características advindas do meio social.

No Brasil, ainda não são volumosas as pesquisas voltadas para a eficácia escolar, contudo, os resultados existentes são bastante compatíveis. Como descrito no trabalho de Franco et. al. (2007), os fatores escolares associados à eficácia escolar que estão descritos na literatura brasileira, em sua maioria privilegiam cinco fatores: recursos escolares; organização e gestão da escola; clima acadêmico; formação e salário docente e ênfase pedagógica. Esses estudos apontam que o nível dos professores, os recursos escolares quando utilizados e os salários dos professores trazem um efeito significativo para o desenvolvimento educacional (FRANCO et al, 2007). Mesmo concordando com essa assertiva, interrogamos a ausência de aspectos relacionados aos fatores extraescolares. Admitindo que os conceitos de equidade e eficácia são indissociáveis, isso nos leva a questionar por que as desigualdades oriundas do nível socioeconômico não são observadas, nas pesquisas brasileiras, como um fator que influencia, em alguma medida, no desempenho educacional?

Sposati (2000) apresenta o conceito de equidade como parte do princípio da justiça social e supõe o respeito às diferenças como condição para se adquirir a igualdade. François Dubet (2008, p.11) diz que a “igualdade das oportunidades é a única maneira de produzir desigualdades justas quando se considera que os indivíduos são fundamentalmente iguais e que somente o mérito pode justificar as diferenças de remuneração, de prestígio, de poder que influenciam as diferenças de performance escolar”.

No Brasil, a história da educação é marcada por um elitismo que impediu, por muito tempo, o acesso das classes trabalhadoras à escola. Essa desigualdade no acesso escolar, aprofundou o desnível de escolaridade entre ricos e pobres, acentuando as diferenças de conhecimento e reforçando o fosso social existente. Corrigir essas distorções são desafios que se impõem à sociedade, em busca de um país sustentável.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão sobre a assistência estudantil precisa ser considerada no contexto mais amplo das políticas públicas. Nessa direção, precisamos enfatizar que nas últimas décadas observam o ressurgimento da importância deste campo de conhecimento, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação, conforme explicita Souza (2006).

Para a pesquisadora diversos fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área, tais como: a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento; novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais.

Por fim, ainda aponta Souza (2006), a maior visibilidade nas discussões sobre as políticas públicas estaria diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente, em especial os da América Latina, na medida em que eles, em sua maioria, ainda não obtiveram êxito em formar coalizões políticas que conseguissem equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

Outro aspecto a ser mencionado é que políticas públicas ganharam força com o avanço da democratização da sociedade, que teve ampliado o direito de acesso aos programas e serviços do governo. Conforme conceito desenvolvido por Souza (2003, p.13) “política pública é o processo através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”.

Por sua vez, Maria das Graças Rua compreende as políticas públicas como conjuntos de decisões e ações destinados à resolução de problemas políticos. Estas “decisões e ações envolvem atividade política, mediante um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 1998, p. 1).

Em consideração a todos os aspectos apontados, Souza (2006, p. 21) considera que as respostas aos desafios no campo das políticas públicas não são fáceis, nem claras bem como consensuais. Estando na dependência de muitos fatores externos e internos. Dessa

forma, "o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública".

Podemos sugerir que muitos fatores contribuíram para o fortalecimento das ações do governo com vistas à promoção da igualdade de oportunidades e, dentre eles, realçamos os movimentos sociais que se organizaram reivindicando investimentos em favor da superação dos problemas considerados decorrentes das desigualdades socioeconômicas. Destacaremos aqui, a Política de Assistência Estudantil em articulação com a Política de Assistência Social, fazendo uma breve retrospectiva histórica desse movimento de afirmação dos direitos sociais no Brasil.

Com esse propósito precisamos informar que a Assistência Social até os anos de 1930 era revestida de um caráter filantrópico e ficava ao encargo da sociedade civil e de ordens religiosas por meio das Santas Casas de Misericórdia. Embora houvesse uma legislação - Lei nº 4.682, de 24/01/1923, prevendo benefícios para algumas categorias profissionais, somente na Era Vargas, com a emergência das questões operárias, a Assistência Social ganhou uma feição. Com a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, são instituídas legislações com o propósito de minimizar as querelas oriundas do processo de industrialização do país e é nesse contexto que a "assistência começa a se configurar quer como programa da ação governamental para a prestação de serviços, quer como mecanismo político para aliviar as tensões sociais" (SPOSATI, 1992. p. 42).

Em 1938, é instituído o Serviço Social, por meio do Decreto nº 525, atendendo ao disposto na Constituição de 1934 que declarava ser obrigação do Estado assegurar assistência e proteção social aos desvalidos, cujas atribuições seriam realizadas através do Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS). Apesar disso, as ações do Serviço Social passaram a ser realizadas no âmbito da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Nos anos que se seguem, poucas mudanças significativas acontecem e somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o serviço social ganha uma nova dimensão, confirmando-se como uma política de direito social e rompendo com a visão assistencialista.

No campo da educação, com a reforma do ensino, deu-se a ampliação das vagas do ensino superior e com ela, adveio o problema das condições de permanência dos estudantes pertencentes às classes baixas. Nesse contexto, cresceu a demanda por programas que minimizassem o drama social daqueles estudantes pertencentes aos segmentos sociais pauperizados e que, portanto, não possuíam a condição real para prosseguir nos estudos.

Desse modo, floresceu a mobilização dos movimentos sociais e de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), fortalecendo a luta pelo reconhecimento da Assistência Estudantil como um direito de cidadania; como uma política pública essencial à formação dos estudantes.

Esse quadro aos poucos foi alterando-se movido pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional (PDE) – 2007, pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - Decreto nº 6.096/2007 e, finalmente, pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

Convém esclarecer que consolidado por meio Decreto no 7.234/2010, o PNAES passaria a orientar as ações da Assistência Estudantil, voltadas para os estudantes dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES). Essa nova legislação trazia em seu bojo os objetivos de: democratizar as condições de permanência nas IFES; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Para tanto, suas ações abrangiam as áreas de moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e o atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Em seus estudos de mestrado, Costa (2010) conclui que a assistência estudantil opera como um atenuante para equilibrar as desigualdades. Ressalta a importância dessa política na educação superior como mecanismos para garantia de condições justas de permanência nesse grau de ensino, na medida em que possibilita minimizar as diferenças de ordem socioeconômica, pedagógica, psicológica e cultural.

No contexto da educação profissional e tecnológica, a expansão da rede, como constata Abreu (2012, p. 22), "colocam novas demandas e exigem a ampliação e/ou reestruturação de ações empreendidas até então". As políticas de educação, assistência social e estudantil devem ser desenvolvidas de forma articulada, buscando promover ações que visam mobilizar recursos para garantir a permanência e percurso dos estudantes no processo de formação profissional.

Com o intuito de melhor compreender o papel da Política de Assistência Estudantil para a garantia da equidade na permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação iremos analisar alguns dados preliminares do Campus de Barreiras.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFBA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E APOIO AO ESTUDANTE

A Política de Assistência Estudantil/PAE define os princípios e as diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vista à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria de desempenho acadêmico e o bem-estar biopsicossocial. Essas ações são financiadas com recursos financeiros oriundo de dotação orçamentária do MEC e previsto em rubrica específica na matriz orçamentária, sendo viabilizado mediante as diretrizes aprovadas e obedece, prioritariamente, ao critério de vulnerabilidade socioeconômica, conforme sinalizado no PNAES.

O documento em referência foi elaborado por equipe multidisciplinar e define que a Política de Assistência Estudantil “é um arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e ao bem estar biopsicossocial”. Nessa perspectiva, estabelece os princípios e os programas que guiarão a política dentro do Instituto. No campo dos programas, são eles:

- Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes;
- Programa de Educação para Diversidade;
- Programa de Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Específicas;
- Programa de Assistência à Saúde;
- Programa de Acompanhamento Psicológico;
- Programa de Acompanhamento Pedagógico;
- Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;
- Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;
- Programa de Incentivo à Formação de Cidadania.

Dentre os programas elencados, a maior demanda é pelo Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, PAAE, nos deteremos nele. Concebido com o objetivo de acompanhar os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, poderá selecionar e encaminhar os estudantes para uma das modalidades que melhor contemple as suas necessidades: auxílio transporte, auxílio moradia, auxílio para aquisições e viagens, bolsa alimentação, bolsas de incentivo à

aprendizagem, bolsa de estudo, auxílio cópia e impressão e intercâmbio cultural. Em qualquer das modalidades o estudante será monitorado pela frequência às aulas, podendo ser advertido ou até desligado se a frequência for inferior a 15%. É considerado automaticamente desligado do programa, o estudante que perder o vínculo com a Instituição.

Nesses quatro anos de vigência, ainda não foi realizado um estudo sobre a efetividade do programa na promoção da eficácia e qualidade do ensino. O que é possível perceber é que a demanda pelo programa supera a disponibilidade dos recursos destinados. Teceremos a seguir, alguns comentários sobre os estudos realizados.

Em 2013 dos 1.299 estudantes matriculados nas modalidades de ensino dos cursos integrados, subsequentes e superiores, 21,7% se inscreveram no processo seletivo, totalizando 390 estudantes. Entre eles 71,8% foram selecionados para algum benefício (ver Tabela 2). Uma leitura simples desses dados nos permite verificar que os recursos financeiros alocados no programa não são suficientes para atender a demanda existente. O que pode ter ocorrido com essa parcela que ficou excluída do benefício?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É comum que toda ação que implantamos desdobre-se numa demanda específica a ser tratada. Não é diferente nos campos social e educacional aqui abordados. A universalização do ensino básico e o aumento da oferta de vagas, trouxe a sensação de plenitude da democratização do ensino. Se acrescentarmos a esses fatos a política de cotas, o cenário educacional se apresentará como bastante promissor e consoante com um país em franco estágio de desenvolvimento. Mas, esses avanços espalharam rastros de dúvidas quanto aos benefícios concretos alcançados, posto que dados estatísticos alarmavam a situação do desempenho e da permanência dos estudantes. Esses aspectos, pela abrangência de variáveis que os circunstanciam, são temas aos quais precisamos nos debruçar atentamente em busca de alternativas que possam garantir que as conquistas do acesso sejam acompanhadas das condições de igualdade, tanto para o desempenho quanto para a permanência.

Dessa situação, decorre o primeiro questionamento: se a política de assistência estudantil é um benefício voltado para as IFES, ela tem condições de suprir às demandas que foram acumuladas ao longo da escolaridade básica? Por que então não estender o benefício desde os primeiros anos da escolaridade, minimizando o problema a partir de sua origem? Se considerarmos que a política de assistência estudantil tem efeitos positivos na vida acadêmica, quanto mais cedo ela vigorar, menores serão os prejuízos escolares e maiores as chances de

sucesso.

Outro questionamento que parece procedente, refere-se ao valor disponibilizado para as bolsas. Objetivamente, esse valor é compatível com as necessidades básicas e com as necessidades escolares, aqui compreendido o material didático, as despesas com dispositivos tecnológicos, livros e eventos culturais? Do contrário, esses estudantes não terão acesso aos mesmos meios de desenvolvimento cognitivo e as desigualdades serão mantidas e até mesmo ampliadas.

A quantidade de estudantes contemplados pela política de assistência estudantil, face ao número de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, é um resultado proporcional? Sabemos que não e, nesse caso, qual a expectativa que se abre para os que estão sem o benefício? Ficariam esses estudantes renegados e deixados à margem do processo de redução das desigualdades? Seria sensato, então, pensarmos na universalização dessa política como uma possibilidade para o êxito escolar.

Por fim, questionamos se a política de assistência estudantil, em vigência no IFBA, atende às expectativas estabelecidas em seus princípios, mormente aquele que declara a intenção de promover a igualdade de condições e equidade no acesso, permanência e conclusão do curso.

A investigação que prosseguirá a esse estudo, pretende conhecer qual a efetividade da política de assistência estudantil e em que medida contribui para a promoção da eficácia e equidade no ensino.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria C. A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão: avaliação do processo de implementação. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Centro de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2012.

Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012. Disponível em: www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId. Acesso em: 17. 05. 2014.

BRASIL, 2001. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 10.01.2001.

BRASIL, 2007. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25.04.2007.

BROOKE, Nigel; SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar**. Origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BROOKE, N. Eficácia escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=262>. Acesso em: 17/05/2014.

COSTA, Simone G. **A equidade na educação superior**: uma análise das políticas de assistência estudantil, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?**: a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FNE, 2013. **Educação Brasileira**: alguns indicadores e desafios.

FRANCO, C., et. al. **Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”** Ensaio: aval. pol. públicas. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 277-298, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a07v1555.pdf>. Acesso em 17.15.2014.

FRANCO, C; BONAMINO, Alicia. **A pesquisa sobre características de escolas eficazes no Brasil**. Breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto. Disponível em www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/7378/7378.PDF. Acesso em 17.05.2014.
INEP. SAEB 2001: **Novas perspectivas**. Brasília, DF, 2001.

LIMA, A. M. G. **Fatores associados à eficácia escolar**: estudo de instituições educacionais públicas municipais de Fortaleza – CE, 2012.

PLANO Nacional de Educação 2010/2020. Comissão de Educação e Cultura Projeto de Lei. 2011. Projeto de Lei.

REIS, Cacilda F. dos; SANTOS, Elisama C. dos; VIEIRA, Ana Valeria P. de A. **Relatório Final do processo seletivo do PAAE IFBA Campus Barreiras, 2013**. Barreiras, mimeo, 2014.

RUA, Maria da Graça. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. CNPD, Brasília, 1998. Disponível em: cnpd.gov.br/public/public.htm. Acesso em: 12/09/2007.

SANTOS, Elisama C. dos; MIRANDA, Edina Soraya B. **Relatório Final do processo seletivo do PAAE IFBA Campus Barreiras, 2012**. Barreiras, mimeo, 2013.

SEABRA, Teresa. **Desigualdades escolares e desigualdades sociais**. 2008 Disponível em: www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a05.pdf.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, nº 39, p. 11-24, jul./dez. .2003

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.

SPOSATI, A. **Exclusão social e fracasso escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17, 2000.

SPOSATI, A. Equidade. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte. Disponível em: www.gestrado.org/pdf/270.pdf.

SPOSATI, A. – **A Assistência Social no Brasil – 1983/ 1990**. São Paulo: Ed. Cortez, 2ª ed, 1995.

TENÓRIO, Robinson; MACHADO, Cristiane B; LOPES, UAIÇAI M; (Org). **Indicadores da Educação Básica**. Avaliação para uma gestão sustentável. Salvador: EDUFBA, 2010.

VASCONCELOS, Natália B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. In: **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v 17, nº 2, p. 599-616, jul/dez, 2010.

TABELAS

Tabela 1- Médias previstas para o ideb

SÉRIES	ANO					
	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ANOS INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
ANOS FINAIS DO ENS. FUNDAMENTAL	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,4
ENSINO MÉDIO	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Projeto de Lei PNE 2010/2020.

Tabela 2 - Distribuição dos estudantes inscritos no processo seletivo do paae 2012 e 2013 campus barreiras. barreiras, 2012

Estudantes Inscritos	2012		2013	
	Nº	%	Nº	%
Selecionados	280	71,8	282	78,3
Não selecionados	110	28,2	78	21,7
TOTAL	390	100	360	100

Fonte: Relatórios Seleção do PAAE de Campus Barreiras 2012 e 2013. Elaboração própria